



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.41.115.A015>

## **Saúde mental da população negra no Brasil: uma revisão integrativa**

*Mental health of the black population in Brazil: na integrativa review*

*Salud mental de la población negra em Brasil: uma revisão integradora*

---

Eliane Clares Barbosa  
Universidade Federal do Ceará  
<https://orcid.org/0000-0001-8828-683X>  
[elianeclares307@gmail.com](mailto:elianeclares307@gmail.com)

Juliana Vieira Sampaio  
Universidade Federal do Ceará  
<https://orcid.org/0000-0001-5770-244X>

---

### Resumo

O racismo como fenômeno estrutural assume o papel de produzir e segmentar a população em raças, além de manter a “superioridade” e o privilégio branco, inferiorizando as pessoas negras. Este trabalho teve o objetivo de analisar as produções científicas sobre saúde mental da população negra no contexto brasileiro. Metodologicamente, foi realizada uma revisão integrativa na qual foram explorados artigos publicados, no período de 2017 a 2022, na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram analisados um total de 15 artigos e, a partir do levantamento dos principais assuntos abordados nos estudos, quatro categorias de análise foram elencadas: a) produção científica e formação profissional para a questão racial; b) a invisibilização da questão racial nas Políticas Públicas de Saúde e atuação profissional; c) raça, sofrimento e adoecimento mental; d) racismo genderizado. Constatou-se, no presente artigo, que a relação das ciências da saúde com a questão racial está ainda em construção, sendo importante considerar os passos dados em direção à produção de conhecimentos nesse campo temático.

**Palavras-chave:** *População Negra; Saúde Mental; Políticas Públicas.*

### Abstract

Racism as a structural phenomenon assumes the role of producing and segmenting the population into races, in addition to maintaining “superiority” and white privilege, inferiorizing black people. This work aimed to analyze scientific productions on the mental health of the black population in the Brazilian context. Methodologically, an integrative review was carried out in which articles published between 2017 and 2022 were explored in the Virtual Health Library (VHL) and Scientific Electronic Library Online (SciELO) databases. A total of 15 articles were analyzed and, based on a survey of the main subjects covered in the studies, four categories of analysis were listed: a) scientific production and professional training for the racial issue; b) the invisibility of the racial issue in Public Health Policies and professional performance; c) race, suffering and mental illness; d) gendered racism. In this article, it was found that the relationship between health sciences and the racial issue is still under construction, and it is important to consider the steps taken towards the production of knowledge in this thematic field.

**Keywords:** *Black Population; Mental health; Public policy.*

### Resumen

El racismo como fenómeno estructural asume el papel de producir y segmentar a la población en razas, además de mantener la “superioridad” y el privilegio de los blancos, inferiorizando a los negros. Este trabajo tuvo como objetivo analizar las producciones científicas sobre la salud mental de la población negra en el contexto brasileño. Metodológicamente, se realizó una revisión integradora en la que se exploraron artículos publicados entre 2017 y 2022 en las bases de datos Biblioteca Virtual en Salud (BVS) y Biblioteca Científica Electrónica en Línea (SciELO). Se analizaron un total de 15 artículos y, a partir de un relevamiento de los principales temas tratados en los estudios, se enumeraron cuatro categorías de análisis: a) producción científica y formación profesional para la cuestión racial; b) la invisibilidad de la cuestión racial en las políticas de salud pública y el desempeño profesional; c) raza, sufrimiento y enfermedad mental; d) racismo de género. En este artículo se constató que la relación entre las ciencias de la salud y la cuestión racial aún está en construcción, siendo importante considerar los pasos dados hacia la producción de conocimiento en este campo temático.

**Palabras clave:** *Población negra; Salud mental; Políticas públicas.*

## Introdução

A população negra, historicamente, tem sido frequentemente direcionada a um lugar de subalternidade, invisibilidade e desprezo. Conseqüentemente, essas pessoas são as que menos têm acesso às políticas públicas sociais e menos têm representação em espaços de tomada de decisão. Ocupam os postos de trabalho mais insalubres, recebendo os salários mais injustos e são as que mais estão expostas à violência, à pobreza, à fome, às doenças e à morte (Santos & Dias, 2022).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2017), por meio do documento *Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas (os)*, pontua que a hierarquização, construída socialmente, entre pessoas brancas e negras, que se baseia na discriminação da cor, coloca a população negra em uma posição desvantajosa que deflagra efeitos nocivos à construção da sua subjetividade, autoestima e saúde mental.

O racismo, sendo uma estratégia de subjugação da pessoa negra através da negação e retirada dos seus direitos, é um fenômeno construído a partir da percepção da diferença enquanto fator que supõe inferioridade. Assim, o racismo como fenômeno estrutural, enraizado na organização da sociedade, assume o papel de segmentar as raças para manter a “superioridade” e o privilégio branco (Almeida, 2021).

Mesmo que seja fácil perceber a discriminação racial no contexto brasileiro, não tem sido simples a implementação de discussões sobre raça e racismo, visto que há empenho em negar a história da população negra, assim como o cenário de desigualdade e opressão que tem sido designado a esse povo (Nascimento, 2016).

Na busca pelo silenciamento da população negra, encontra-se o mito da democracia racial, termo cunhado pelo antropólogo Florestan Fernandes, que faz menção à tentativa de mascarar o preconceito de raça brasileiro, amparando-se na tese de que o Brasil é um país sem raça; assim, sem discriminação racial. Todavia, esse foi o maior país escravista da modernidade, sendo o último das Américas a abolir a escravidão, importando e adaptando teorias racistas da Europa (Nascimento, 2016; Veiga, 2019).

Atualmente, mais de 70% dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) são autodeclarados pretos e pardos (David, 2018). Porém, se a maior parte da população que

necessita dos serviços de saúde é negra, por que as práticas de cuidado são produzidas somente e, principalmente, a partir das necessidades das pessoas brancas?

Um alento a essa realidade surgiu quando o Ministério da Saúde, por meio da Portaria GM/MS nº992 de 13 de maio de 2009, instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que reconhece os fatores étnicos raciais como determinantes sociais da saúde. A ação pontua como uma de suas finalidades a desconstrução de práticas, dentro dos serviços de saúde, que fomentem o tratamento discriminatório e negligente às demandas do povo negro (Ministério da Saúde, 2017).

A população negra traz consigo singularidades epidemiológicas que não costumam ser ponderadas pelos profissionais da saúde que atendem esse povo. Muitos profissionais sequer conhecem a PNSIPN ou percebem a importância da coleta adequada do quesito cor para o preenchimento dos formulários nos serviços de saúde – mesmo depois dessa prática ter se tornado obrigatória (David, 2018).

O Racismo Institucional (RI) se materializa através das normas e práticas discriminatórias nas instituições de trabalho, manifestando-se em duas dimensões: relações interpessoais – negligência profissional com um usuário por ser negro, por exemplo – e político programática – omissão na formação dos profissionais sobre a questão racial (Brasil, 2017).

O racismo enquanto prática institucionalizada segue operando, pois o sofrimento que, na maioria das vezes, causa a quem dele é vítima não é palpável. Aos olhos da sociedade, o lugar do negro é o da inferioridade. Desse modo, o seu padecer não traz surpresa ou comoção. A manutenção do *status quo* é uma prerrogativa válida e relevante para quem dela se beneficia (Carone & Bento, 2016; David, 2018).

E o que seria tudo isso se não uma estratégia do racismo para isolar cada vez mais as pessoas negras, impedindo-as de viver com dignidade? Mesmo que a sociedade acadêmica venha empreendendo discussões sobre saúde mental da população negra, tem-se um número insuficiente de estudos na área. Percebe-se, ainda que, muitas vezes, as produções existentes não têm conseguido contribuir de maneira efetiva para o desmantelamento de posturas racistas, pois não são divulgadas de maneira eficaz (Conselho Federal de Psicologia, 2017).

É crucial ao profissional da saúde rever conceitos e crenças para estar sensível às demandas contemporâneas e do seu contexto. Para a psicologia, ciência e profissão, fica

o alerta de não ignorar que o racismo tem papel importante na constituição do sujeito negro, sendo responsável por um sofrimento histórico e coletivo que anula experiências e destrói vidas cotidianamente, especialmente de mulheres negras que também sofrem com o sexismo (Veiga, 2019). Assim, o objetivo deste estudo é analisar as produções científicas sobre saúde mental da população negra no contexto dos últimos cinco anos.

### **Objetivos**

Analisar as produções científicas sobre saúde mental da população negra no contexto dos últimos cinco anos.

### **Método**

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura dos últimos cinco anos (2017 – 2022) com a finalidade de identificar e discutir a produção acadêmica existente sobre a saúde mental da população negra no Brasil. A revisão integrativa é um método usado para a síntese do conhecimento, sendo desenvolvida em seis etapas, a saber: elaboração da pergunta de revisão, busca e seleção dos estudos primários, extração de dados dos estudos, avaliação crítica dos estudos primários incluídos na revisão, síntese dos resultados na revisão e apresentação do método (Mendes, Silveira, & Galvão, 2019).

Para atingir o objetivo do estudo, a pesquisa foi orientada a partir do seguinte questionamento: quais discussões têm sido empreendidas na literatura existente acerca da saúde mental da população negra no contexto brasileiro? Pontua-se que a realização de levantamentos bibliográficos, utilizando base de dados com fins de pesquisa e informação, tem ganhado cada vez mais relevância, permitindo ao pesquisador o acesso às produções científicas que foram realizadas (Mirim, 2013).

Para isso, foram consultadas as bases de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando os descritores em ciências da saúde: Raça e “Saúde Mental”. Tais plataformas foram selecionadas por apresentar um número significativo de pesquisas, nas quais são realizadas a partir de diferentes abordagens.

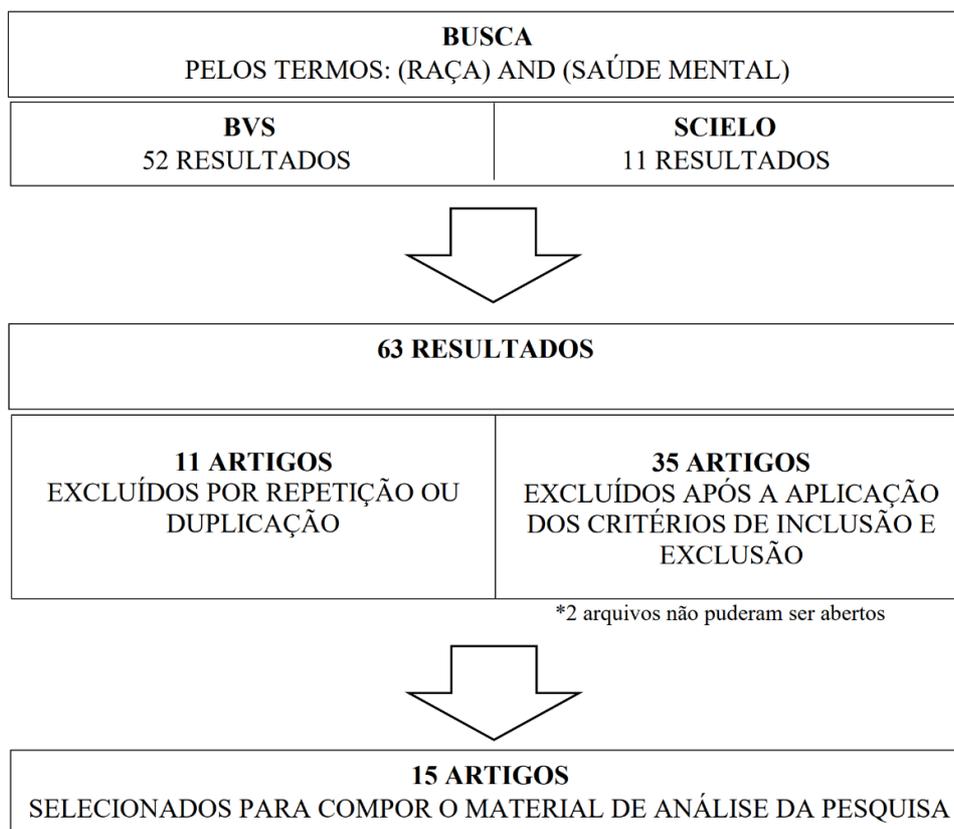
A busca única realizada nas bases de dados aconteceu no dia 24 de setembro de 2022, e foram encontrados um total de 63 artigos. Utilizou-se enquanto critérios de inclusão para se chegar a esse número de estudos: a) pesquisas dos últimos cinco anos (2017 – 2022); b) presença do descritor raça e “saúde mental” no título ou resumo das pesquisas; c) textos completos e escritos no idioma português.

Após a exclusão dos estudos repetidos ou duplicados, em ambas as plataformas, restou um total de 53 textos. É importante ressaltar que não se conseguiu acessar o texto completo de dois arquivos desse último número. Assim, contabilizando 51 arquivos.

Logo depois da leitura dos resumos e com a aplicação dos critérios de inclusão (estudos realizados com abordagem direta do tema raça e saúde mental no contexto brasileiro) e exclusão (estudos de dissertação e tese; não menção à raça negra; estudos de revisão), foram selecionados para compor o material de análise da pesquisa 15 artigos científicos.

Figura 1

Fluxograma das estratégias de busca (Montenegro & Sampaio, 2021).



Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, realizou-se a leitura na íntegra de todos os estudos que compuseram a amostra final do trabalho. Com o objetivo de evidenciar as principais informações de cada artigo, foram elencados os seguintes dados: ano de publicação, título, objetivo, método e resultados da pesquisa (figura 2).

Os tópicos que mais se destacaram em cada produção também foram identificados e logo após foram agrupados, formando quatro categorias centrais: 1) Produção científica e formação profissional para a questão racial; 2) A invisibilização da questão racial nas Políticas Públicas de Saúde e atuação profissional; 3) Raça, sofrimento e adoecimento mental; 4) Racismo genderizado. Os dados encontrados foram analisados a partir de produções científicas das áreas social e da saúde, considerando os estudos de psicologia social, feminismo negro, raça, racismo e a noção de aquilombamento no contexto da saúde mental. Também foram extraídas as áreas de formação dos autores e dos periódicos selecionados para publicação.

## **Resultados**

Concluída a análise detalhada e cuidadosa dos estudos selecionados, foram encontrado os seguintes resultados, que estão dispostas na figura 2 e nas tabelas 1 e 2, apresentadas seguir:

### **Figura 2**

Ano de publicação, título, objetivo, metodologia e resultados.

AUTORIA	TÍTULO	OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADOS
Oliveira, Menezes Junior, Silva Junior, Dias, Fernandes, & Filha (2017)	Rodas de terapia comunitária: construindo espaços terapêuticos para idosos em comunidades quilombolas	Relatar a experiência de um projeto de extensão universitária sobre rodas de Terapia Comunitária Integrativa em quilombos.	Relato de experiência	As histórias de vida relatadas nas rodas desenvolvidas foram marcadas pelo tema da luta pela terra, acesso à moradia, saúde, educação, geração de emprego e renda.
Machin & Mota (2019)	Entre o particular e o geral: a constituição de uma “loucura negra” no Hospício de Juquery em São Paulo, Brasil – 1898-1920	Discutir a problematização da questão racial realizada pelo saber psiquiátrico pela análise da produção científica do Hospício do Juquery, e de sua forma de operação cotidiana pelo registro de suas práticas asilares.	Pesquisa documental	o autor vê nas estatísticas psiquiátricas do período apenas dificuldades metodológicas, não indicativas do caráter segregador da nascente psiquiatria paulista, apontando uma problemática que acompanharia os dilemas da medicina e da saúde pública e as questões raciais no que tange ao diagnóstico, que vinham do tempo da escravidão brasileira e pouco haviam mudado desde a própria abolição.
Silva & Garcia (2019)	Mulheres e loucura: a (des)institucionalização e as (re)invenções do feminino na saúde mental	Investigar as especificidades das mulheres no processo de desinstitucionalização na cidade de Sorocaba/SP, considerando como as questões de gênero se articulam com a loucura.	Pesquisa qualitativa desenvolvida por meio de observação participante, entrevista aberta e análise de prontuários	Os resultados demonstraram dispositivos de controle da sexualidade e da feminilidade no manicômio e, também, fora dele, que levam à infantilização e à tutela das moradoras.
Maia Neto & Oliveira (2019)	Negritude como foco para intervenções artísticas e terapêuticas	Apresentar o modelo do Psicodrama utilizado no planejamento e execução das ações e discutir a experiência dos participantes, relacionando os elementos teóricos e vivenciais para a compreensão da saúde mental da população negra.	Relato de experiência	A experiência demonstrou a importância de colocar as diversas abordagens psicológicas a serviço de temas atuais e relevantes, como a negritude e suas relações, buscando-se a compreensão dos fatores de risco e de proteção para a saúde mental de populações específicas.
Tavares & Kuratani (2019)	Manejo clínico das repercussões do racismo	Apresentar e analisar a experiência de atendimento clínico de duas mulheres autodeclaradas negras, universitárias,	Relato de experiência	O estudo apontou que a falta de sensibilidade cultural (habilidade de compreender e aprender sobre pessoas cuja formação cultural é

	em mulheres que se “tornaram negras”	atendidas no Serviço de Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.		diferente) e de competência cultural (estar adequadamente preparado ou qualificado) entre os profissionais da saúde mental pode causar disparidades na quantidade e qualidade do atendimento psicoterápico prestado a esta população.
Gouveia & Zanello (2019)	Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras	Coletar narrativas de pessoas negras atendidas por psicoterapeutas brancos/as, sobre suas vivências de racismo no cotidiano e sobre como se deu a escuta na terapia em diáde birracial.	Pesquisa qualitativa com entrevistas mistas (livre e semiestruturada).	Ficou constatado o descontentamento das mulheres com os serviços psicoterapêuticos recebidos, pois questões raciais e suas experiências de racismo como fonte de sofrimento mental, quando e se relatadas em sessão, não foram em geral bem recebidas, consideradas ou exploradas pelo(a) profissional.
Fernandes, Lima, & Barros (2020)	Problemas emocionais e uso de medicamentos psicotrópicos: uma abordagem da desigualdade racial	Investigar a existência de desigualdades raciais na prevalência de problemas emocionais, na busca por serviços de saúde e no uso de psicotrópicos.	Estudo transversal de base populacional	O estudo revelou a presença de desigualdades raciais na presença de TMC, na procura de serviços de saúde e no uso de psicotrópicos, ressaltando a necessidade de ações que identifiquem e superem as barreiras que dificultam o acesso aos cuidados de saúde mental pelos diferentes segmentos raciais
Silva & Monteiro (2020)	Avaliação da autoestima de jovens universitárias segundo critério raça/cor	Avaliar e comparar a autoestima de jovens universitárias com idade entre 18 e 24 anos segundo critério raça/cor.	Estudo transversal e quantitativo	A maioria das jovens apresentou nível médio de autoestima. Não foi encontrada associação estatisticamente significativa entre as variáveis “nível de autoestima” e “cor ou raça autorreferida”.
Campos, Araújo, Viola, Oliveira, & Sousa (2020)	Estresse ocupacional e saúde mental no trabalho em saúde: desigualdades de gênero e raça	Avaliar associação entre estressores ocupacionais e saúde mental, focalizando desigualdades de gênero e raça/cor da pele entre	Estudo transversal	A prevalência de TMC foi maior entre as mulheres (negras: 23,7%, e não negras: 19,6%), quando comparada com a verificada entre os homens (negros: 17,6%, e não negros: 14,7%). Observou-se associação de

		trabalhadores da saúde.		TMC com todos os grupos do MDC, para as mulheres negras, e com trabalho ativo e de alta exigência entre mulheres não negras. Entre os homens, a associação não foi estatisticamente significante.
Oliveira (2020)	Cheiro de alfazema: Neusa Souza, Virgínia e racismo na psicologia	Organizar em forma de ensaio poético psicológico o contexto cultural existente na infância e adolescência da psicanalista negra Neusa Souza.	Ensaio poético	O resultado converge para a superação do epistemicídio que a academia eurocêntrica, na psicologia, insiste em realizar.
Miranda, Oliveira, Sampaio, & Rodrigues Neto (2021)	Cartografia das condições de trabalho de homens quilombolas e as intersecções para a informalidade e saúde mental	O estudo mapeou as condições de trabalho de homens quilombolas residentes no norte do estado de Minas Gerais, Brasil.	Cartografia	No trabalho, as linhas flexíveis permitem vivências de prazer e as linhas duras, o desenvolvimento de adoecimento mental. Nesse sentido, as políticas públicas focadas nos quilombolas necessitam de articulação e fortalecimento pelo Estado.
Santos & Dias (2022)	Os Efeitos do Racismo na Saúde Mental das Militantes Negras do MMNDS	A sobre as consequências do racismo na saúde mental das mulheres negras integrantes do Movimento de Mulheres Dandara do Sisal (MMNDS).	Pesquisa descritiva-qualitativa	As entrevistadas relataram o racismo, a discriminação e o preconceito raciais que sofreram em suas trajetórias em diferentes espaços e instituições sociais. Ser vítima de tais violências reflete negativamente na identidade negra, autoestima, subjetividade e saúde mental das atrizes sociais.
Dimenstein, Simoni, Macedo, Liberato, Silva, Padro, & Leão (2022)	Situação de saúde mental de comunidades tradicionais: marcadores sociais em análise	Analisar a situação de saúde mental de 48 municípios nordestinos que registram a presença de comunidades quilombolas e de assentamentos de reforma agrária em seus territórios.	Estudo descritivo	Observou-se o entrecruzamento e a combinação de fatores que influenciam a situação de saúde mental de municípios com populações do campo e da floresta: a precariedade nas condições de vida e trabalho, retaguarda insuficiente de serviços de atenção psicossocial e desigualdades étnico-raciais e de gênero da morbimortalidade psiquiátrica.

Barros, Santos, Cândido, Batista, & Gonçalves (2022)	Atenção à saúde mental de crianças e adolescentes negros e o racismo	Identificar estratégias utilizadas por uma equipe de um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (Capsij) na assistência a crianças e adolescentes pretos e pardos com problemas de saúde mental.	Pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória	Apontou que o cuidado a crianças e adolescentes que manifestam sofrimentos pela vivência do racismo, ou que o tem como uma dimensão importante, demanda do profissional espaços de sensibilização, informação e letramento para as formações raciais.
Cândido, Barros, Régio, Ballan, & Oliveira (2022)	O quesito raça/cor no processo de cuidado em centro de atenção psicossocial infantojuvenil	Reconhecer as ações relacionadas ao quesito raça/cor desenvolvidas no processo de cuidado da população infantojuvenil negra de um Centro de Atenção Psicossocial infantojuvenil no Brasil.	Pesquisa qualitativa	O quesito raça/cor frente à violação de direitos fundamentais da criança/adolescente negro contribui para a compreensão do racismo enquanto determinante social de saúde mental.

Considerando o levantamento realizado nas tabelas 1 e 2, percebe-se que a psicologia, enquanto área de formação e de publicação, tem se sobressaído na produção de pesquisas sobre a saúde mental da população negra, sendo seguida da enfermagem.

**Tabela 1**

Área de formação dos autores

Área Autor/a	n
Enfermagem	05
Medicina	03
Psicologia	07
<b>Total</b>	<b>15</b>

**Tabela 2**

Área dos periódicos de publicação

Área Periódico	n
Enfermagem	03
Psicologia	06
Saúde Coletiva	02
Saúde Social	01
<b>Total</b>	<b>12</b>

No entanto, para o período pesquisado, tem-se um baixo número de estudos realizados, tanto no que diz respeito à Psicologia, como à produção de modo geral, visto que foram 15 publicações para o total de cinco anos, o que corresponde aproximadamente ao número de quatro estudos publicados por ano sobre o tema.

Não relativizar essa realidade é necessário para que reflexões sejam geradas, uma vez que a população negra é a que está inserida nos contextos mais vulneráveis, com repercussões diretas na constituição de sua subjetividade e condição de saúde mental (Dimenstein et al., 2022).

## **Discussão**

### **Produção Científica e Formação Profissional na Questão Racial**

A presente seção tem o objetivo de apresentar e discutir os apontamentos realizados pelos estudos da figura 2 acerca do desenvolvimento de conhecimentos científicos sobre a saúde mental da população negra. Considera-se, então, que mesmo com o aumento do interesse nessa área, o número de produções permanece insuficiente, sendo perceptível a falta de conexão entre a categoria “raça” e a “saúde mental”. Isso, por sua vez, contribui para a existência de lacunas significativas nos currículos de formação profissional, que negligenciam a questão racial.

Desse modo, quase em sua totalidade, os artigos que compuseram a amostra deste trabalho apontaram para a escassez de estudos que investiguem e reconheçam a relação existente entre raça e saúde mental. Pontua-se que há um “esquecimento” no que diz respeito à conexão entre essas duas categorias e muitos estudos que tocam na questão racial não a tratam como figura, invisibilizando a sua importância na constituição psíquica do sujeito (Damasceno & Zanello, 2018; Barros, Santos, Candido, Batista, & Gonçalves, 2022).

Smolen e Araújo (2017) ressaltam a discrepância entre o número de estudos sobre saúde física e saúde mental, uma vez que a primeira é uma temática que não tende a ser explorada como a segunda, o que também aponta o descaso com o bem-estar mental da população negra. Assim, muitas pesquisas incluem a raça apenas como um dado sociodemográfico e, poucas vezes, como uma categoria de análise. Não se tem, por exemplo, nos instrumentos de pesquisa, questões sobre raça/cor, o que se acredita

estar atrelado ao mito da democracia racial, à dificuldade em estabelecer classificações de raça, além da assimetria entre raça e classe social.

Portanto, sabe-se que existe um interesse ínfimo no estudo da questão racial, já que assumir o papel que ela ocupa implica reconhecer a discriminação racial, enquanto determinante das relações sociais de poder e seu desembocar em mazelas sociais para uns e privilégios para outros (Silva, Barros, Azevedo, Batista, & Policarpo 2017).

Alterar a estrutura social não se configura como um feito importante para parte da população brasileira. No entanto, se o Brasil não foi pioneiro na construção de uma supremacia racial, ele sucedeu e tem sido um espaço propício para a manutenção dessa lógica. Supõe-se que seja mais conveniente atrelar a desigualdade social à distribuição desigual de renda, por exemplo, sem que se estabeleça qualquer relação com o racismo. Isso colabora para a conservação do *status* de uma nação acolhedora, aberta à diversidade étnica e racial, onde todos são iguais (Oliveira, 2020).

Mesmo com tais obstáculos, em 2015, o Ministério da Saúde lançou a *Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde*, ressaltando a “magnitude e dinâmica dos problemas relacionados à saúde da população negra”. As principais necessidades da pesquisa foram divididas em diversos tópicos, explorando, por exemplo, o “desenvolvimento de sistema de indicadores de saúde da população negra” e “pesquisas qualitativas e quantitativas sobre medicina popular de matriz africana e contribuição das manifestações afro-brasileiras na promoção da saúde” (David, 2018).

Não se pode negar o crescimento de pesquisas nessa área, no entanto acredita-se que o pequeno volume de estudos sobre a temática é repercussão da pouca ou quase nenhuma importância que é atribuída aos eventos que acometem à população negra. Ressalta-se que isso também pode ter relação com a presença minoritária de pessoas negras em ambiente acadêmico, com o não incentivo de produções científicas e com a ausência de reconhecimento e divulgação de trabalhos de pessoas negras nessa área e em outras, de modo geral (Santos & Dias, 2022).

Considerando, então, a quantidade modesta e fragmentada de literatura sobre o tema no contexto brasileiro, recomenda-se o desenvolvimento de novas pesquisas que, de preferência, façam uso das categorias de “cor” propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – branca, parda, preta, amarela e indígena – e fomentem

o conhecimento existente, colaborando para o desenvolvimento de novas políticas públicas sociais para a população em discussão (Smolen & Araújo, 2017).

No que tange à formação de novos profissionais, independente da categoria, as grades curriculares dos cursos de graduação não têm conseguido garantir o desenvolvimento de profissionais alinhados, com conhecimento e postura crítica diante das condições de vida das pessoas negras. As instituições de ensino superior, de modo geral, oferecem aos seus alunos um referencial hegemônico branco e elitista que contribui para que se desconsidere as necessidades apresentadas por quaisquer outras pessoas que não se enquadrem nesse perfil (Oliveira, 2020).

Veiga (2019) pontua que os currículos seguidos nas universidades brasileiras para a formação em psicologia estão fortemente enrijecidos em uma lógica eurocêntrica, de modo que os principais estudos apresentados aos alunos são produções de homens brancos europeus. O autor aponta para a necessidade de descolonização da psicologia com vistas a construção de conhecimentos e práticas coerentes com as demandas apresentadas pela população não hegemônica.

Quando os cursos de graduação, sejam eles de psicologia ou não, utilizam apenas conteúdos brancos e europeus sobre saúde mental e adoecimento mental, caminha-se para a invisibilidade do sofrimento de mais da metade da população brasileira e se corrobora para a manutenção da representação social que se tem sobre o louco e a loucura (Silva et al., 2017).

Embora a psicologia tenha demonstrado preocupação com as relações raciais desde os anos de 1930, esse interesse sempre esteve mais restrito à psicologia social. Hoje, a partir da divulgação das teorias, os aspectos políticos e sociais que permeiam as condições de saúde/saúde mental das pessoas negras e pobres são ignorados e não são colocados como categorias a serem analisadas criticamente (Damasceno & Zanello, 2018).

Os estudos trazem sobre a contribuição da psicologia para a criação e manutenção da discriminação racial através, por exemplo, da integração do racismo em teorias psicológicas, do uso de teorias raciais para o estudo e entendimento da saúde mental, da atribuição à mestiçagem pelas condições de alienação mental e pelo uso da psicométrica como ferramenta de exclusão daqueles que não correspondiam ao padrão hegemônico (Damasceno & Zanello, 2018; David, 2018).

Com isso, na tentativa de transformação dessa realidade, deve-se estar atento para a necessidade de investimento científico nesse campo, oferecendo a oportunidade, para aqueles que pretendem atuar na área da saúde, de ter acesso aos conhecimentos em seus espaços de formação que contemplem as múltiplas vivências das populações, não deixando de considerar a autonomia de cada sujeito em seu processo formativo.

### **A Invisibilização da Questão Racial nas Políticas Públicas de Saúde e Atuação Profissional**

Esse tópico tem a finalidade de ressaltar a pouca ênfase atribuída à questão racial no contexto das políticas públicas de saúde, além de destacar a universalização do cuidado, evidenciada nos equipamentos de saúde, como consequência da alienação de formandos e profissionais acerca da determinação de marcadores sociais da diferença, como raça, no processo de saúde doença da população.

Em estudo realizado por Gouveia e Zanello (2019) sobre a vivência de racismo por mulheres negras dentro e fora do atendimento psicoterapêutico, é apontado a existência de uma lacuna na formação das profissionais de psicologia, o que também se estende às demais categorias. Assim, na ausência de uma abordagem afro centrada para a oferta de cuidados em saúde mental, tem-se um modelo de atenção que não condiz com a necessidade da maioria da população, seja no serviço público ou privado.

Muitos profissionais da saúde mental não têm uma visão crítica acerca das relações étnico-raciais e isso impede que uma ligação seja traçada entre as práticas racistas e o sofrimento psíquico. Também não são raros os profissionais que atendem à população negra no sistema público e desconhecem as políticas públicas e programas existentes para essas pessoas, o que dá a entender que suas práticas desconsideram quaisquer singularidades do povo supracitado (Damasceno & Zanello, 2018; Tavares & Kuratani, 2019).

Pontua-se sobre a necessidade de sensibilidade profissional e competência cultural, visto que muitas atuações estão encapsuladas, norteadas pelos pressupostos de saúde e adoecimento estabelecidos pelo sistema dominante. Isso impossibilita que o próprio sujeito e o profissional possam reconhecer a demanda apresentada como fruto da discriminação racial, o que, acredita-se, ter relação com três pontos: o mito da

democracia racial, o ideal de embranquecimento e a distinção de raças baseada em características fenotípicas (Tavares & Kuratani, 2019).

Após a instituição da PNSIPN, em 2017, é estabelecida a Portaria nº 344 que dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. Com isso, a coleta desse quesito, que deve ser autodeclarado, torna-se obrigatória aos profissionais da saúde. Essa ação surge como estratégia de combate ao racismo institucionalizado (Brasil, 2017).

No entanto, essa ferramenta não tem sido suficiente para combater a subnotificação de dados relacionados à população negra no campo da saúde. Os números podem ter sofrido acréscimo após a portaria, mas não condizem com a realidade brasileira, cuja população é composta com mais de 50% de pessoas negras. Na rede de saúde mental, por exemplo, devido a incompletude do quesito raça/cor, torna-se difícil a análise de tais indicadores, o que traz como prejuízos, por exemplo, a carência de estudos sobre transtornos mentais e raça (Tavares & Kuratani, 2019).

Essa realidade pode ser atribuída a uma das táticas do racismo institucional que é a permanência do *status quo*. Continuar ocultando tais números, mascara a presença marcante de iniquidades na sociedade brasileira e, assim, o Estado se sente livre para continuar não se responsabilizando, como deveria, sobre a vida das pessoas que mais precisam dele (Brasil, 2017).

Fala-se em racismo institucionalizado porque as instituições não só podem como devem orientar seus profissionais sobre a necessidade da coleta e do preenchimento adequado dessas informações. Os profissionais precisam ser sensibilizados sobre essa questão, sendo que a identificação da cor da pessoa tem relevância significativa para a elaboração de um plano de cuidado dentro dos serviços de saúde. Caso contrário, pratica-se o racismo por omissão (Gouveia & Zanello, 2019; Santos, 2019).

Silva et al. (2017) apontam que de 17 artigos, produzidos em diferentes estados brasileiros, apenas três usaram a variável raça/cor na descrição dos usuários dos Centros de Atenção Psicossocial que participaram dos estudos. E aqueles que usaram não realizaram discussão sobre as variáveis, corroborando com a noção de que a raça não tem sido vista como uma categoria importante de ser considerada para a promoção e cuidado em saúde mental.

Nessa revisão integrativa, dos 15 estudos da amostra final, foram identificados três trabalhos sobre a atuação do CAPS infantojuvenil sobre a questão racial. O primeiro mostrou práticas mais condizentes com a realidade dos usuários, buscando o fortalecimento da identidade racial de jovens e crianças (David, 2018). Outro, no entanto, revelou a falta de tato dos profissionais e dificuldade para identificação do racismo nos processos de vida dos pacientes (Cândido, Barros, Régio, Ballan, & Oliveira, 2022).

O último estudo, embora presente, por parte dos profissionais, várias ações de enfrentamento ao racismo, elas acontecem de forma concentrada no mês de novembro em alusão à consciência negra, não costumam compor o Projeto Terapêutico Singular (PTS) dos sujeitos e não são registradas nos prontuários (Barros et al., 2022).

Isso aponta, mais uma vez, para a necessidade de articulação entre as categorias raça e saúde mental, considerando também que as pesquisas na área ainda são recentes e incipientes. Os profissionais precisam ser convocados para a apropriação dessa realidade e para ação sobre ela.

Uma das formas para que isso venha a acontecer é através do letramento racial de cada profissional – também dos usuários – e do aquilombamento dos espaços de construção e cuidado em saúde mental. O letramento racial pode ser compreendido como uma prática de leitura, sendo o processo de reconstrução do olhar sobre o sujeito e a sua percepção a partir de uma perspectiva antirracista (Tavares & Kuratani, 2019).

Trata-se, portanto, reconhecer o racismo enquanto uma problemática na vida da maior parte da população e entender que as práticas profissionais podem contribuir para o fortalecimento dessas pessoas ou para potencializar o seu adoecer. Depois de instaurada essa compreensão é possível o aquilombar-se. Aquilombar é adotar práticas antirracistas, resgatar valores tradicionais, racializar as práticas de cuidado, aproximar coletivos e movimentos que visem a equidade de raça e combater o epistemicídio (David & Vicentin, 2020).

Entretanto, para que isso seja possível é imprescindível que gestores e trabalhadores caminhem na mesma direção e tenham os mesmos objetivos. É fundamental o reconhecimento da situação de saúde da população assistida, identificando as necessidades e quais são as mais urgentes. É primordial o planejamento

de ações que contemplem as demandas da população e que ela seja ouvida em todo o processo (Dimenstein et al., 2022).

Sob essa perspectiva, impregnado por práticas que tendem a não atribuir importância à questão racial, Barros et al. (2022) apresenta a educação permanente enquanto uma estratégia de enfrentamento ao racismo dentro dos equipamentos de saúde do sistema público. É uma ferramenta que pode contribuir para o preenchimento da lacuna deixada pelos cursos de graduação na área da saúde/saúde mental. Traz como possibilidade a ressignificação de olhares e práticas, muitas vezes, opressoras. Essa também é uma proposta da PNSIPN.

Sendo assim, além de fomentar o desenvolvimento científico acerca da saúde dessa população, é urgente o delineamento e implementação de políticas públicas alinhadas às demandas apresentadas pelas pessoas negras, nas quais não estão desconectadas da capacitação daqueles que são os responsáveis pelo cuidado discutido.

### **Raça, Sofrimento e Adoecimento Mental**

Essa seção foi desenvolvida para discutir a relação existente entre raça, sofrimento e adoecimento mental da população negra. Entretanto, para que se inicie o debate, percebe-se a necessidade de que sejam apresentados os conceitos de raça e racismo. O intuito é facilitar o entendimento de como as práticas discriminatórias repercutem na vida de pessoas negras, corroborando para a vivência dolorosa do sofrimento e do adoecimento psíquico.

Pesquisando a etimologia da palavra “raça”, os resultados levam à conclusão de que ela vem do latim *ratio* – tipo, verdade – sofrendo influência da expressão italiana *razza* – sorte, categoria, espécie –, apresentando, assim, inúmeras definições. Por volta do século XIV, era usada para fazer referência às linhagens de vacas e cavalos. No entanto, no século XVI, após o seu surgimento na língua inglesa, passa a ser utilizada para fazer menção à linhagem de pessoas e a sua conceituação passou a considerar sangue, ambiente e aparência dos sujeitos (David, 2018).

Assim, “raça” surge como uma categoria mental da modernidade para se referir à traços biológicos presumidos nos grupos colonizados considerados inferiores. Essa ideia passa a fundamentar a estratificação social da população mundial, trazendo como marca importante a naturalização das relações coloniais de dominação e subjugação dos

povos trazidos da África. Nesse momento, também é estruturada a divisão racial do trabalho, sendo a população negra escravizada e o pagamento de salários vistos como um privilégio branco (Quijano, 2005).

Hoje, o termo “raça” é reconhecido como um constructo social, essencialmente político e ideológico, uma vez que não existe quaisquer diferenças biológicas ou culturais que embasem o tratamento discriminatório destinado às pessoas negras. Entretanto, isso não quer dizer que os efeitos e as posturas discriminatórias destinadas ao povo supracitado tenham cessado. Ainda se continua operando em uma concepção de que essas pessoas possuem menos valor:

(...) o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2021, p. 32).

Almeida (2021), autor referência nas discussões sobre a temática, pontua que o racismo possui três concepções: individualista, institucional e estrutural. Elas estão relacionadas, respectivamente, com subjetividade, Estado e economia. A primeira caracteriza-se pela noção de que o racismo é uma prática individual, comportamental e isolada. Esse pensamento traz como consequência a desresponsabilização das instituições acerca das práticas racistas que não só prejudicam, mas tiram a vida de muitas pessoas negras, principalmente as pobres sejam pelo assassinato ou pelo suicídio.

Afirma-se que a concepção institucional entende o racismo como prática produzida pelas instituições com suas normas e padrões que controlam a vida das pessoas e carregando os conflitos sociais. Essas instituições são ocupadas e comandadas, em sua maioria, pelo grupo racial hegemônico branco, sem quaisquer preocupações com as condições de vida das pessoas negras subalternizadas.

O racismo institucional tem como característica a sutileza, o que corrobora para a sua manutenção e dificulta o seu enfrentamento. Por sua vez, o racismo da instituição vem de uma ordem social. Em outras palavras “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (Almeida, 2021, p. 47). O que acontece é a reprodução de práticas

preconceituosas e o modo para reverter essa lógica é a adoção, não apenas individual, mas coletiva de ações antirracistas.

Dessa forma, os 15 artigos que compuseram a amostra dessa pesquisa trazem apontamentos importantes sobre o impacto do racismo na constituição da subjetividade e no processo de sofrimento e adoecimento mental de pessoas negras. Tavares e Kuratani (2019) pontuam que muito do sofrimento da população negra tem relação com vivências específicas de racismo, seja na dimensão interpessoal, institucional ou estrutural. Desse modo, o racismo tem sido um agente provocador de desigualdades, ameaçando à autoestima e qualidade de vida de suas vítimas.

Santos (2021) fala sobre a precariedade de estudos brasileiros acerca da vida emocional das pessoas negras. Sua obra é iniciada com a afirmação de que um dos modos de exercer a autonomia é se apropriando de sua história e possuindo um discurso sobre si mesmo. Ao longo das páginas do seu estudo, ela descreve a batalha que as pessoas negras travam consigo mesmo nas luta pela oportunidade de ascender socialmente, de serem vistas como gente, assim como o branco é.

Santos (2021) acredita que, na tentativa de igualdade, o negro procura de todas as formas se encaixar nos moldes brancos, mesmo que isso seja um tipo de massacre de sua própria identidade, que vai sendo apagada lenta e ruidosamente. Ser negro é ser o feio, o sujo, o ruim. Por isso, “é ter que ser o mais”, o melhor, como coloca Luisa, mulher cuja história de vida é retratada em seu trabalho. O corpo negro, físico e psíquico sofre com a rejeição, violência, solidão, insegurança, medo, angústia e culpa.

Destaca-se, também, a prevalência de Transtornos Mentais Comuns (TMC) – sinais e sintomas psicossomáticos, como fadiga, insônia, falta de concentração e irritabilidade – em pessoas negras. Acredita-se que ocorrência disso se dá porque a população negra é constantemente exposta ao estresse, o que pode acontecer por duas vias: o estresse relacionado à conjuntura social e seus papéis, considerando a raça enquanto determinante da posição socioeconômica e o estresse atrelado às vivências de discriminação e racismo. Também é necessário ressaltar que ao mesmo tempo que esse povo é o mais oprimido e adoecido, também é o que tem mais dificuldade para reconhecer o adoecimento (Smolen & Araújo, 2017).

Campos et al. (2020) ao realizarem uma pesquisa sobre estresse ocupacional e saúde mental no trabalho em saúde, analisando as variáveis de gênero e raça, apontam a

existência de níveis altos de sobrecarga nos trabalhos realizados pelas pessoas negras, que costumam apresentar menor nível de escolaridade, recebendo os salários mais baixos.

Desse modo, gênero, raça e classe aparecem como importantes marcadores sociais para o estresse ocupacional e para o adoecimento mental de trabalhadores no campo da saúde. Acredita-se que o mesmo acontece em outros contextos.

Três artigos, pertencentes aos analisados, (Machin & Mota, 2019; David & Vicentin, 2020; Dimenstein et al., 2022), abordam de forma mais direta a “temática população negra e manicomialização”. As pesquisas apontam o número exorbitante de pessoas negras que foram mantidas em manicômios até a sua morte, mesmo sem qualquer diagnóstico que justificasse a sua internação. Desde sempre, através das práticas higienistas, a manicomialização surgiu como estratégia para segregação dos indesejáveis, em sua maioria, crianças, mulheres e negros, que não atendiam às normas impostas pelo grupo hegemônico.

E, assim, existiram muitos estudos para fundamentar a necessidade de exclusão, a suposta degeneração e periculosidade da população negra. Como Neusa Santos (2021) bem coloca ao afirmar que a cor mais suspeita é a cor negra.

O povo negro, mesmo após o fim da escravização, segue tendo sua vida aviltada, tirada de si. A senzala de hoje são os presídios, os hospitais psiquiátricos ou mesmo os CAPS, que com práticas enrijecidas encapsulam seus usuários e favorecem a medicalização de um sofrimento que é social, coletivo (Alves, 2022).

Desse modo, a colonização do branco europeu não foi apenas geográfica, mas também do campo existencial. O racismo é fator determinante nos processos de vida das pessoas negras, exercendo influência significativa da construção da identidade deles, com repercussões consideráveis em sua dimensão psíquica (Maia Neto & Oliveira, 2019). Cabe à sociedade a criação de espaços seguros de escuta e de cuidado a essa população (Miranda, Oliveira, Sampaio, & Rodrigues Neto 2021), engajando-se na luta para reparação de tamanha dívida histórica.

### **Racismo Genderizado**

As discussões aqui apresentadas, além de estarem presente na maioria dos estudos que fundamentaram este trabalho, surgiram da necessidade prática de pensar e agir sobre as condições de vida de mulheres negras cotidianamente afetadas por práticas racistas e sexistas em diversas dimensões de suas vidas, considerando, especialmente, a saúde mental.

A concepção de gênero presente do imaginário social tem sido julgada como fator importante na forma que a sociedade tem se organizado, definindo e estabelecendo funções e espaços reservados a homens e mulheres. Do mesmo modo, também tem sido responsável pelo sofrimento e adoecimento psíquico de muitas mulheres, principalmente daquelas que são pobres e negras (Alves, 2022).

Observa-se que muitos dos estudos desenvolvidos sobre saúde da mulher trazem uma perspectiva biológica, grande parte voltados para a reprodução. Tem-se um pequeno número de pesquisas que relacionam a ligação entre gênero e saúde mental, e aquelas que existem reforçam a importância dessa conversação. Davis (2016) já pontua que o empreendimento de uma discussão sobre a categoria “mulher” passa necessariamente pela sua articulação com a raça e a classe. Tratar o termo “mulher” enquanto universal é considerar apenas as experiências de vida de mulheres brancas, percebendo que suas vivências não são capazes de abranger a existência das mulheres negras e nem das mulheres pobres.

Silva e Garcia (2019) afirmam que a mulher negra e pobre brasileira está imersa em um contexto de marginalização e discriminação social, carregando o sofrimento e o estigma do passado colonial aos dias de hoje. A mulher sobrecarregada que teve seu corpo e sua mente ocupados pelo colonizador branco é negado o direito de sentir, de falar, de ocupar e viver, conforme os seus desejos.

Uma das provas disso é o controle psiquiátrico que recaiu sobre as mulheres no século XIX, com resquícios na atualidade, levando-as ao confinamento em manicômios. Assim, foi estabelecido que as mulheres teriam uma predisposição natural ao adoecimento psíquico. Entretanto, se essa predisposição existe, ela não tem caráter orgânico, mas sim social e cultural (Silva & Garcia, 2019).

Uma pesquisa realizada por Silva e Monteiro (2020) avaliou a autoestima de jovens universitárias segundo critério da raça. As autoras apresentaram a autoestima como importante indicador de saúde mental, destacando que o seu fortalecimento pode

contribuir para evitar comportamentos de riscos dos sujeitos como, por exemplo, o comportamento suicida.

O mesmo estudo também pontua que as mulheres, em decorrência do modo como são estabelecidas as relações de gênero, considerando os conflitos com os padrões de beleza impostos, tendem a ter menores índices de autoestima. No entanto, no Brasil, não existem pesquisas expressivas que possam embasar esse argumento. Mas, nos Estados Unidos, as mulheres negras pesquisadas apresentam os maiores níveis de autoestima, e acredita-se que isso aconteça como resultado do processo de pertencimento racial (Silva & Monteiro, 2020).

A força da identidade racial permite às mulheres que identifiquem as experiências de racismo como mecanismo de opressão social que parte do outro para elas e não o inverso. Desse modo, o fortalecimento da autoestima e da identidade, nesse contexto, é parte fundamental do trabalho a ser desenvolvido pelo profissional de saúde mental. No mesmo estudo não se percebeu relação estatisticamente significativa entre as categorias analisadas, mas foi visto que as mulheres brancas apresentaram níveis de autoestima mais elevados do que as mulheres negras (Silva & Monteiro, 2020).

Santos e Dias (2022) colocam que a intersecção existente entre gênero e raça potencializa as opressões sofridas pelas mulheres negras, que são vítimas não apenas do racismo, mas também do machismo. Os seus corpos são constantemente vitimados por abusos e estereótipos ao longo dos séculos. À mulher, acredita-se que são relegados três espaços: empregada doméstica, mãe preta e mulata – a mulher hiperssexualizada.

As mesmas autoras pesquisaram os efeitos do racismo na saúde mental das militantes negras do Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal (MMNDS), que é uma organização da sociedade civil feminina negra com uma média de 30 participantes autodeclaradas negras. A pesquisa foi realizada com seis mulheres. As mulheres trazem em seus relatos as sequelas do racismo vivenciado nos mais diversos ambientes que estão, seja no contexto familiar, de trabalho, nos relacionamentos amorosos, no espaço acadêmico ou na rua. Constantemente, são alvos de olhares pejorativos.

É importante ressaltar que a identidade negra foi construída em contraponto à identidade branca. Isso implica que o negro é o que o branco não é. Ao branco são associados adjetivos como bom, limpo, bonito, inteligente e bem-sucedido. Ao negro é

dito que o seu corpo desvia da norma social, representando sempre o outro. Às mulheres negras, principalmente, é relegado o sofrimento com o próprio corpo, muitas vezes, em uma tentativa frustrada e infeliz de se desfazer dos seus traços e da sua identidade para ser aceita, amada, reconhecida (Kilomba, 2019).

A mulher negra sofre com a dor e a angústia de ser preterida em suas relações. Afinal, o racismo opera, também, destruindo os relacionamentos interpessoais. Tem que lidar cotidianamente com a negação de direitos e com os sentimentos de solidão, medo, culpa, humilhação, insegurança, autocobrança e vergonha. O afeto amoroso não é presença constante nessas histórias.

Torna-se necessário acrescentar um estudo realizado por Gouveia e Zanello (2019) nessa discussão, que escutou sete mulheres negras, atendidas por psicoterapeutas brancas(os), sobre suas vivências de racismo no cotidiano e sobre como se deu a escuta na terapia em diáde birracial.

Antes de apresentar os resultados da pesquisa, as autoras pontuaram que as pessoas negras não apenas têm menos acesso aos serviços de saúde mental, como também, quando recebem assistência, ela não condiz com suas reais necessidades. É colocado que, de acordo com a literatura da psiquiatria cultural, as pessoas inseridas em contextos mais vulneráveis e marginalizados são mais suscetíveis ao desenvolvimento de Transtornos Mentais Comuns (TMC) – caso das mulheres negras (Smolen & Araújo, 2017; Campos, Araújo, Viola, Oliveira, & Sousa, 2020).

No processo terapêutico dessas mulheres foi identificado um fenômeno chamado de “parede de vidro”, que se refere à estagnação da psicoterapia por um dos três motivos: profissional acrítico em relação a questão racial; profissional relativiza ou universaliza a experiência do sujeito; paciente não acredita que o profissional tem repertório para lidar com a sua demanda. O fenômeno tem sido responsável pela manutenção do racismo velado em consultórios de psicologia, públicos ou privados, impedindo as pessoas negras que falem e elaborem seus sofrimentos decorrentes da discriminação racial.

Ressalta-se, portanto, que a identidade racial comum entre psicoterapeuta e cliente não vai determinar o curso do processo psicoterápico. No entanto, se somada a fatores como formação sobre a temática, letramento racial e experiências de vida, pode

contribuir para o fortalecimento da identidade racial dessas pessoas e para maior efetividade no percurso.

Desse modo, é importante racializar e gendricar o conhecimento, a produção acadêmica sobre esse debate e as vivências dessa população, transformando as práticas cotidianas e permitindo o verdadeiro encontro humano.

### **Considerações finais**

A relação das ciências da saúde com a questão racial está em construção, assim como pode ser observado nas áreas de formação dos autores dos estudos analisados no presente trabalho. É importante considerar os passos dados em direção à produção de conhecimentos nesse campo temático, mas é necessário que se questione e discuta sobre o número insuficiente de pesquisas produzidas na área, ainda por uma quantidade restrita de categorias.

Do mesmo modo, aponta-se como relevante o investimento na formação de futuros profissionais para o campo da saúde. Existe a necessidade de que os profissionais, ao adentrarem o Sistema Único de Saúde (SUS), compreendam, não apenas superficialmente, o processo de determinação social em saúde, entendendo que a população negra, através de determinantes étnico-raciais, está inserida em um contexto importante de vulnerabilidade. Condição esta que demanda uma atenção sensível e qualificada às suas necessidades.

Dentro do SUS, é fundamental investir na capacitação dos seus recursos humanos. Uma estratégia potente e que mostra resultados em outros campos, como o da saúde mental, de forma geral, são as ações de educação permanente (Scafuto, Sacareno, & Delgado, 2017). Assim, é essencial que os profissionais conheçam as políticas públicas voltadas para a população negra e que desenvolvam olhar crítico e analítico sobre as condições de vida e saúde/saúde mental desse povo.

Considera-se que a produção de dados sobre as pessoas negras pelos serviços de saúde é primordial para a efetivação de políticas que viabilizem uma assistência qualificada. Observa-se, historicamente, uma lacuna significativa na existência de informações sobre condição de vida dessa população. A tentativa de embranquecimento

de negras e negros tem o objetivo de eliminar a negritude, e por muito tempo tem conseguido atingir seu objetivo (Nascimento, 2016).

Assim, ressalta-se que esse trabalho teve como finalidade contribuir para o acesso e construção do conhecimento da área, corroborando com o processo de formação e atuação de profissionais no contexto da saúde. Considerando que na literatura não consta grande arsenal de publicações voltadas para a saúde da população negra, especialmente quando se trata da saúde mental. Este trabalho apresenta relevância para o campo em questão. Destaca-se, enquanto contribuição importante, a categorização dos principais tópicos abordados nos estudos científicos sobre a temática, facilitando o acesso e conhecimento de outras produções.

Ademais, o trabalho a ser realizado, visando o bem-estar das pessoas negras, necessita de múltiplos esforços. Somente a partir da parceria entre profissionais, usuários, gestores, governantes e a população, em geral, é que essa realidade pode ser reestruturada, com a finalidade de viabilizar e garantir saúde e dignidade aos sujeitos em discussão.

### Referências

- Almeida, S. L. (2021). *Racismo Estrutural*. São Paulo, SP: Jandaira.
- Alves, T. M. (2022). Reforma Psiquiátrica e questões de classe, raça/etnia e gênero: particularidades do contexto brasileiro. In *SciELO Preprints*.  
<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4673>
- Barros, S., Santos, J. C., Candido, B. P., Batista, L. E. & Gonçalves, M. M. (2022). Atenção à Saúde Mental de crianças e adolescentes negros e o racismo. *Interface (Botucatu)*, 6, e210525. doi: <https://doi.org/10.1590/interface.210525>
- Campos, F. M., Araújo, T. M., Viola, D. N., Oliveira, P. C. S. & Sousa, C. C. (2020). Estresse ocupacional e saúde mental no trabalho em saúde: desigualdades de gênero e raça. *Cadernos Saúde Coletiva*, 28(4), 579-589. doi: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040559>
- Candido, B. P., Barros, S., Régio, L., Ballan, C. & Oliveira, M. A. F. (2022). O quesito raça/cor no processo de cuidado em centro de atenção psicossocial infantojuvenil. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 56, e20210363. doi: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0363>
- Carone, I., & Bento, M. A. S. (Eds.). (2016). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília, DF: CFP.
- Damasceno, M. G. & Zanello, V. M. L. (2018). Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 38(3), 450-464. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>
- David, E. C. (2018). *Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil*. (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Repositório PUC São Paulo). Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21029>
- David, E. C. & Vicentin, M. C. G. (2020). Nem crioulo doido nem negra maluca: por um aquilombamento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. *Saúde debate*, 44 (spe 3). doi: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E322>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe* (H. R. Candiani Trad.). São Paulo, SP: Boitempo.
- Dimenstein, M., Simoni, A. C. R., Macedo, J. P., Liberato, M. T. C., Silva, B. I. B. M., Prado, C. L. C., Leão, M. V. A. S. (2022). Situação de saúde mental de comunidades tradicionais: marcadores sociais em análise. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 25(1), 162-186. doi: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2022v25n1p162.9>
- Fernandes, C. S. E., Lima, M. G. & Barros, M. B. A. (2020). Problemas emocionais de medicamentos psicotrópicos: uma abordagem de desigualdade social. *Ciência e Saúde Coletiva*, 25(5), 1677-1687. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33362019>
- Gouveia, M. & Zanello, V. (2019). Psicoterapia, Raça e Racismo no Contexto Brasileiro: Experiências e Percepções de Mulheres Negras. *Psicologia em Estudo*, 24, e42738. doi: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42738>
- Kilomba, G. (2019). *Memórias de Plantação – Episódios de racismo cotidiano* (J. Oliveira Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Cobogó.
- Machin, R. & Mota, A. (2019). Entre o particular e o geral: a constituição de uma “loucura negra” no Hospício de Juquery em São Paulo, Brasil – 1898-1920. *Interface (Botucatu)*, 23, e18031, doi: <https://doi.org/10.1590/Interface.180314>
- Maia Neto, M. N. & Oliveira, S. K. M. (2019). Negritude como Foco para Intervenções Artísticas e Terapêuticas. *Revista de Psicologia*, 10(2), 7-24. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/31534>

- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P. & Galvão, C. M. (2019). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, 28, e20170204. doi: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2017-0204>
- Ministério da Saúde. (2017). *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra Uma Política do SUS*. (3a ed.). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Recuperado de [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf)
- Miranda, S. V. C., Oliveira, J. L., Sampaio, C. A. & Rodrigues Neto, J. F. (2021). Cartografia das condições de trabalho de homens quilombolas e as intersecções para a informalidade e a saúde mental. *Interface (Botucatu)*, 25, e200478. doi: <https://doi.org/10.1590/interface.200478>
- Mirim, L. Y. M. (2013). Garimpando Sentidos em Base de Dados. In M. J. Spink (Org.), *Práticas Discursivas e Produção de Sentido no Cotidiano* (pp. 127-155). Rio de Janeiro, RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado de [https://www.academia.edu/37485408/SPINK\\_Mary\\_Jane\\_Pr%C3%A1ticas\\_Discursivas\\_e\\_Produ%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Sentido\\_no\\_Cotidiano](https://www.academia.edu/37485408/SPINK_Mary_Jane_Pr%C3%A1ticas_Discursivas_e_Produ%C3%A7%C3%A3o_de_Sentido_no_Cotidiano)
- Montenegro, F. V. P. & Sampaio, J. P. (2021). Gestão Autônoma da Medicação na Atenção à Saúde das Pessoas que Usam Drogas. *Revista Pólis e Psique*, 11(3), 100-124. doi: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.112090>
- Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (3a ed.). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Oliveira, S. M., Menezes Junior, J. O., Silva Junior, S. V., Dias, M. D., Fernandes, M. G. M., & Ferreira Filha, D. O. (2017). Rodas de terapia comunitária: construindo espaços terapêuticos para idosos em comunidades quilombolas. *Rev Enferm UFSM*, 7(4), 712-724. doi: 10.5902/2179769220299
- Oliveira, R. M. S. (2020). Cheiro de alfazema: Neusa Souza, Virgínia e racismo na psicologia. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72 (esp). doi: <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.48-65>
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 107-130). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, AR: Clacso.
- Santos, R. C. (2019). *A importância do quesito cor/raça no cadastro dos usuários das unidades básicas de saúde de belo horizonte, para acesso à política nacional de saúde integral da população negra* (Monografia, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais). Recuperado de <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31736>

- Santos, V. C. & Dias, A. B. (2022). Os Efeitos do Racismo na Saúde Mental das Militantes Negras do MMNDS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003235483>
- Scafuto, J. C. B., Saraceno, B. & Delgado, P. G. G. (2017). Formação e educação permanente em saúde mental na perspectiva da desinstitucionalização (2003-2015). *Comunicação em Ciências da Saúde*, 28(3/4), 350-358. doi: [10.51723/ccs.v28i03/04.277](https://doi.org/10.51723/ccs.v28i03/04.277)
- Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2017). A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(núm. esp.), 172-185. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017>
- Silva, M. N. & Monteiro, J. C. S. (2020). Avaliação da autoestima de jovens universitárias segundo critério raça/cor\*. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 28, e3362. doi: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.3866.3362>
- Silva, N. G., Barros, S., Azevedo, F. C., Batista, L. E. & Policarpo, V. C. (2017). O quesito raça/cor nos estudos de caracterização de usuários de Centro de Atenção Psicossocial. *Saúde e Sociedade*, 26(1). doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017164968>
- Silva, T. D. M. & Garcia, M. R. V. (2019). Mulheres e loucura: a (des)institucionalização e as (re)invenções do feminino na saúde mental. *Psicologia em Pesquisa*, 13(1), 42-52. doi: <http://dx.doi.org/10.24879/2018001200300478>
- Smolen, J. R. & Araújo, E. M. (2017). Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. *Ciência e Saúde Coletiva*, 22(12), 4021-4030. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.19782016>
- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro: Ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Tavares, J. S. C. & Kuratani, S. M. A. (2019). Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e184764, 1-13. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>
- Universidade Aberta do SUS. (2016). *Módulo Saúde Integral da População Negra*. Secretaria Executiva da UNA-SUS. Recuperado de <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/2981>.
- Veiga, L. M. (2019). Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(esp), 244-248, doi: [https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29000](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000).